

2ª REUNIÃO DE ANÁLISE
ESTRATÉGICA 2021

PEJEP A 2021 2026

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Pauta

01 Abertura

02 PEJEPa 2021 - 2026

03 Relatório Estatístico

04 O que houver



Palavras de Abertura

Nosso Caminho



Ciclo da Estratégia



Mapa Estratégico

2021 - 2026

JUSTIÇA ELEITORAL DO PARÁ

MISSÃO

Garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia.

VISÃO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na prestação jurisdicional.

VALORES

- Acessibilidade
- Celeridade
- Credibilidade
- Efetividade
- Ética
- Inovação
- Sustentabilidade
- Transparência

SOCIEDADE

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL
DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

PROCESSOS INTERNOS

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE
PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

GESTÃO E SEGURANÇA DO
PROCESSO ELEITORAL

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
DE PESSOAS

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL
DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

**Mas
antes.....**

**Nosso muito
obrigado!**

PEJEPA 21-26

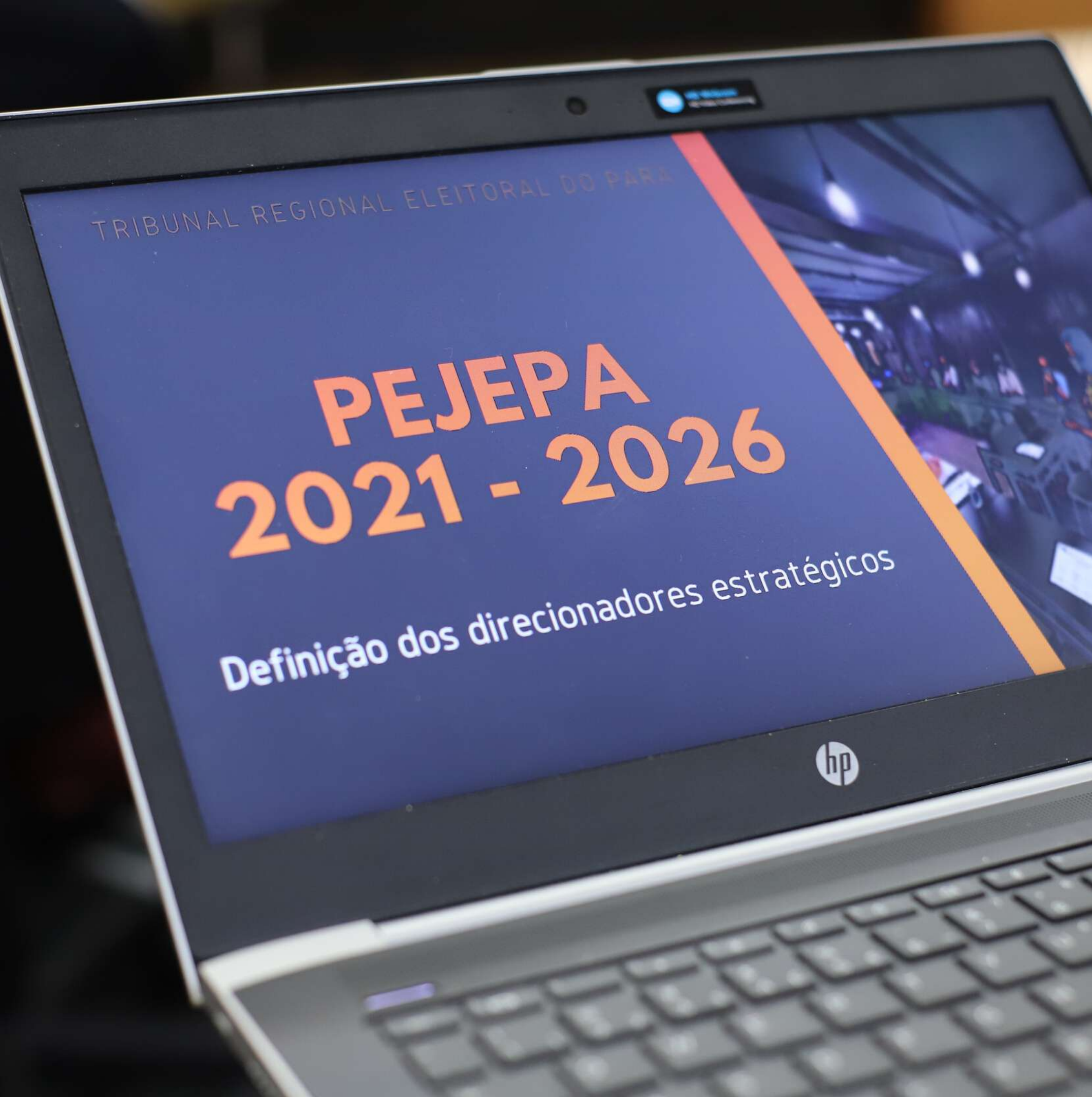


**Sua digital
está aqui!**



Vale destacar

- **Avanços incrementais**
- **Redução e mudança de indicadores**
- **Flexibilidade**

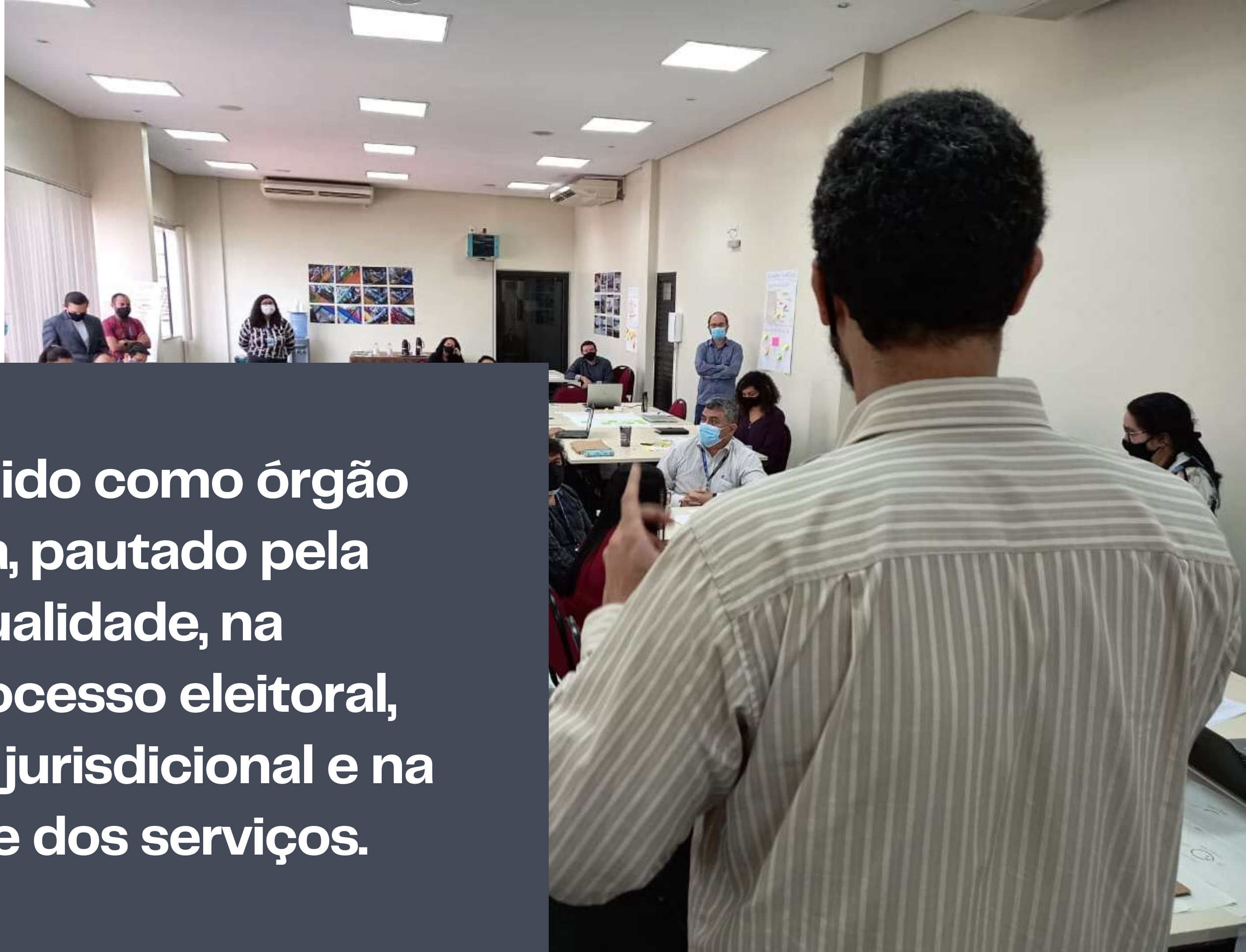


MISSÃO

**Garantir a
transparência e a
legitimidade do
processo eleitoral
visando ao
fortalecimento da
democracia.**

VISÃO

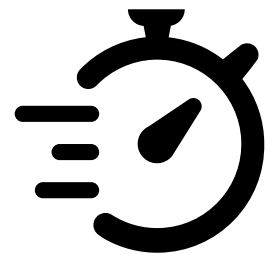
Ser reconhecido como órgão de excelência, pautado pela inovação e qualidade, na gestão do processo eleitoral, na prestação jurisdicional e na acessibilidade dos serviços.



Nossos Valores



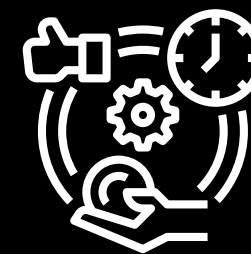
Ética



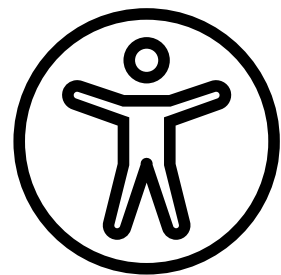
Celeridade



Transparência



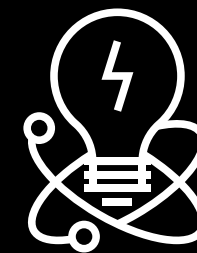
Efetividade



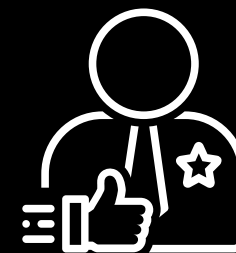
Acessibilidade



Sustentabilidade



Inovação



Credibilidade

Garantia dos Direitos Fundamentais



Trata-se de garantir os direitos fundamentais de todas as pessoas, com a facilitação do acesso aos serviços da Justiça Eleitoral, promovendo a inclusão dos diversos atores sociais, em especial das minorias, a conscientização e a formação política, considerando-se as peculiaridades locais.

Garantia dos Direitos Fundamentais



01. Índice de satisfação do usuário

Acompanha a satisfação dos clientes quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral

02. Índice de equidade no atendimento

Mede a distribuição dos atendimentos realizados pelo TRE-PA, a partir de critérios sociais diversos

03. Índice de Acessibilidade

Apura a eliminação de barreiras existentes de acordo com os aspectos de acessibilidade: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas

Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade

Trata-se de diversificar as estratégias de comunicação com a criação de mídias educativas e informativas, visando esclarecer e disseminar temas eleitorais, inclusive combatendo a desinformação. Preconiza ainda a integração institucional para a eficiência dos serviços públicos.



Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade

01. Índice de comunicação institucional

Mensura a abrangência e aderência da comunicação do TRE-PA a partir da avaliação dos critérios legais de transparência e do engajamento do público às ações realizadas

02. Índice de resultado das parcerias institucionais

Mede a eficiência das parcerias firmadas pelo TRE-PA com base nas Metas firmadas em cada parceria



Promoção da Sustentabilidade



Refere-se a um conjunto de ações que visam ao aperfeiçoamento de práticas sustentáveis, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o economicamente equilibrado.

01. Índice de cumprimento das metas do PLS

O índice global de alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS), a partir das práticas institucionais

Trata-se da adoção de estratégias, políticas e práticas que visem ao fortalecimento do processo eleitoral, envolvendo o fomento de inovações voltadas ao atendimento, à identificação do(a) eleitor(a), aos(às) mesários(as) e à logística de realização das eleições.

01. Índice de resultado das eleições

Avalia o resultado da realização das Eleições a partir de métricas baseadas nos seguintes aspectos relacionados:

- mesários(as)
- urnas eletrônicas
- apuração
- abstenção
- prazos de julgamento
- identificação do(a) eleitor(a)



Gestão e Segurança do Processo Eleitoral

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, visando à razoável duração do processo, com a melhoria do sistema de tramitação processual por meio da gestão qualitativa da informação judicial. Envolve o mapeamento e o desenvolvimento de soluções para os pontos críticos que comprometam a prestação jurisdicional e inclui, quando viável, a gestão documental sistêmica e a utilização de técnicas avançadas de computação.

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



01. Índice de cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 do Poder Judiciário

Mede o percentual de cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 do Poder Judiciário

02. Tempo de tramitação dos processos

Acompanha o tempo de duração dos processos judiciais de classes relacionadas ao macrodesafio

Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais



Conjunto de atos que visem à priorização da tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de ilícitos eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral do Pará. Trata-se também da promoção de ações de conscientização sobre ilícitos eleitorais, à sociedade e aos órgãos de segurança pública, evidenciando seu papel enquanto atores do mecanismo de fiscalização.

Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

01. Índice de cumprimento da Meta Nacional 4 do Poder Judiciário

Mede o cumprimento da Meta Nacional 4 do Poder Judiciário

02. Tempo de tramitação dos processos

Indica o tempo de duração dos processos judiciais relacionados ao combate à corrupção, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais, dos processos administrativos disciplinares e dos processos de sindicância



Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios



Trata-se da estruturação de sistema orgânico, com divisão dos assuntos por temas, que facilite e agilize a aplicação interna do sistema de precedentes, a fim de garantir ampliação da segurança jurídica e da uniformidade na prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Eleitoral.

Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios



01. Índice de prolação de decisões monocráticas

Mede a variação da proporção de prolação nas decisão monocráticas dos processos judiciais no 2º grau

02. Índice de recorribilidade das decisões

Acompanha o percentual da representatividade de recursos frente aos processos julgados

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária



Formulação, implantação e monitoramento de políticas e estratégias aderentes às especificidades locais, produzidas de forma colaborativa pelos atores desta justiça especializada e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à desburocratização, à simplificação de processos internos e adoção das melhores práticas de gestão e governança.

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

01. Índice de Governança

Avalia a maturidade de governança institucional em suas várias dimensões, além das práticas de gestão no âmbito do TRE-PA a partir das recomendações de Governança do TCU e do Prêmio de Qualidade do CNJ, quando possível a apuração pelo próprio Regional

02. Índice de aderência às recomendações de auditorias

Mensurar a aderência das áreas auditadas às recomendações da Unidade de Auditoria Interna.

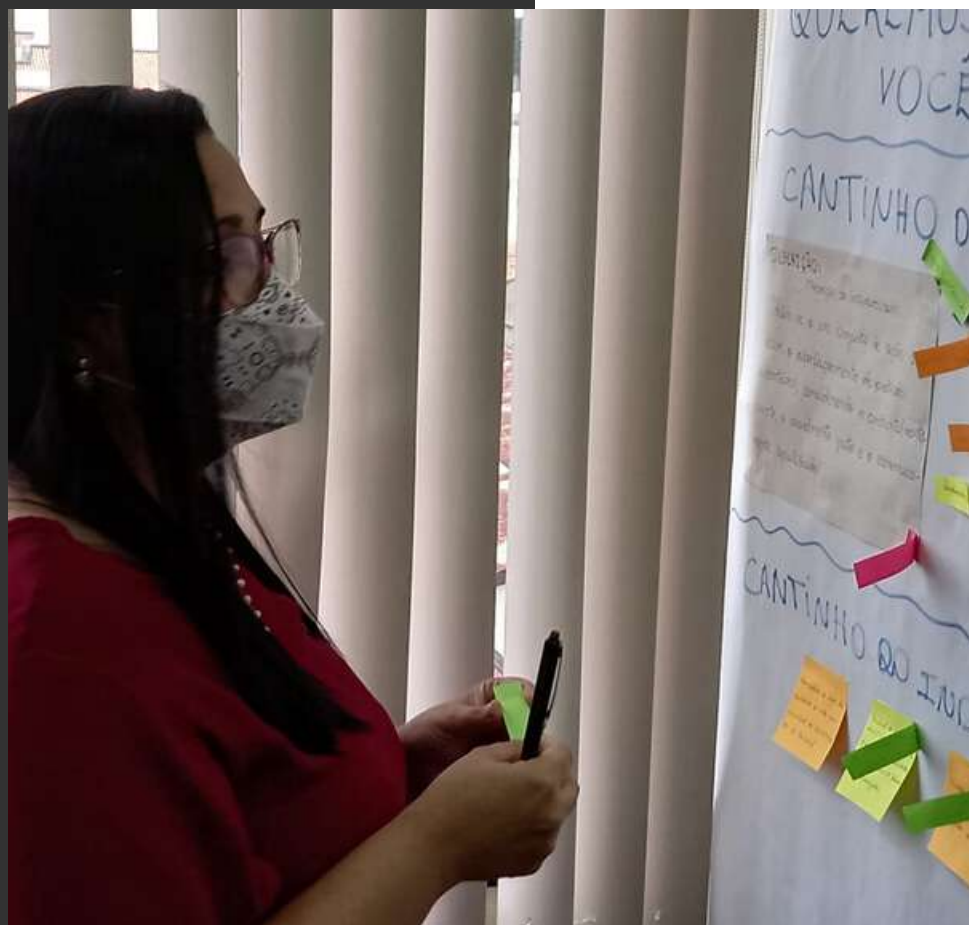


Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



Refere-se ao conjunto das políticas, métodos e práticas adotadas para a valorização de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as), permeados pela humanização nas relações de trabalho, favorecendo trocas de experiência, promoção da qualidade de vida e saúde, desenvolvimento de competências, distribuição da força de trabalho, criatividade e inovação. A gestão deve ser baseada na produtividade, com vistas ao alcance dos demais objetivos estratégicos da instituição

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



01. Índice de desenvolvimento de competências

Mede a relação entre o oferecimento de ações de treinamento e os respectivos resultados no desenvolvimento das competências individuais

02. Índice de saúde e qualidade de vida no trabalho

Mensura as questões ambientais internas, as ações voltadas à saúde e o grau de satisfação, motivação e desempenho dos agentes públicos da instituição.

Refere-se à necessidade de dimensionar, racionalizar e priorizar a programação e alocação dos recursos, mediante gestão participativa com os setores do Tribunal, alinhados aos objetivos estratégicos, visando alcançar a eficiência da gestão administrativa, da prestação jurisdicional e da gestão das eleições

01. Índice de execução de projetos estratégicos

Acompanha a alocação dos valores discricionários aprovados no orçamento e sua utilização e vinculação aos investimentos e projetos no TRE-PA



**Aperfeiçoamento da
Gestão Orçamentária e
Financeira**

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



Aplicação das melhores práticas de governança de TI, modernização da infraestrutura de TIC, garantia da disponibilidade dos serviços, alinhamento com as principais normas e sistemas que garantam a proteção e segurança de dados, promoção da inovação em soluções multiplataforma, quando viável, com uso de inteligência artificial para aprimorar o atendimento ao cidadão e otimização do processos de negócios.

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



01. Índice de continuidade

Abrange a medição do percentual de disponibilidade e desempenho dos serviços de rede e sistemas informatizados

02. Índice de atualização do parque computacional

Mede o índice de computadores compatíveis com a necessidade atual do Órgão

03. Índice de automatização de processos de trabalho

Mede o percentual do processo de negócio automatizado por cada entrega de sistema informatizado

04. Índice de cumprimento de requisitos de Proteção de Dados

Mede o percentual de cumprimento da implantação dos requisitos relacionados à Proteção e Segurança de Dados

**Programa
Segurança Integral**

**Programa
A Serviço da Sociedade**

**Programa
TRE Inclusivo**

Alinhamento da estratégia com o Plano de Gestão

**Programa
Desenvolvendo Pessoas**

Programa Justiça 5.0

**Programa
Administração 5.0**

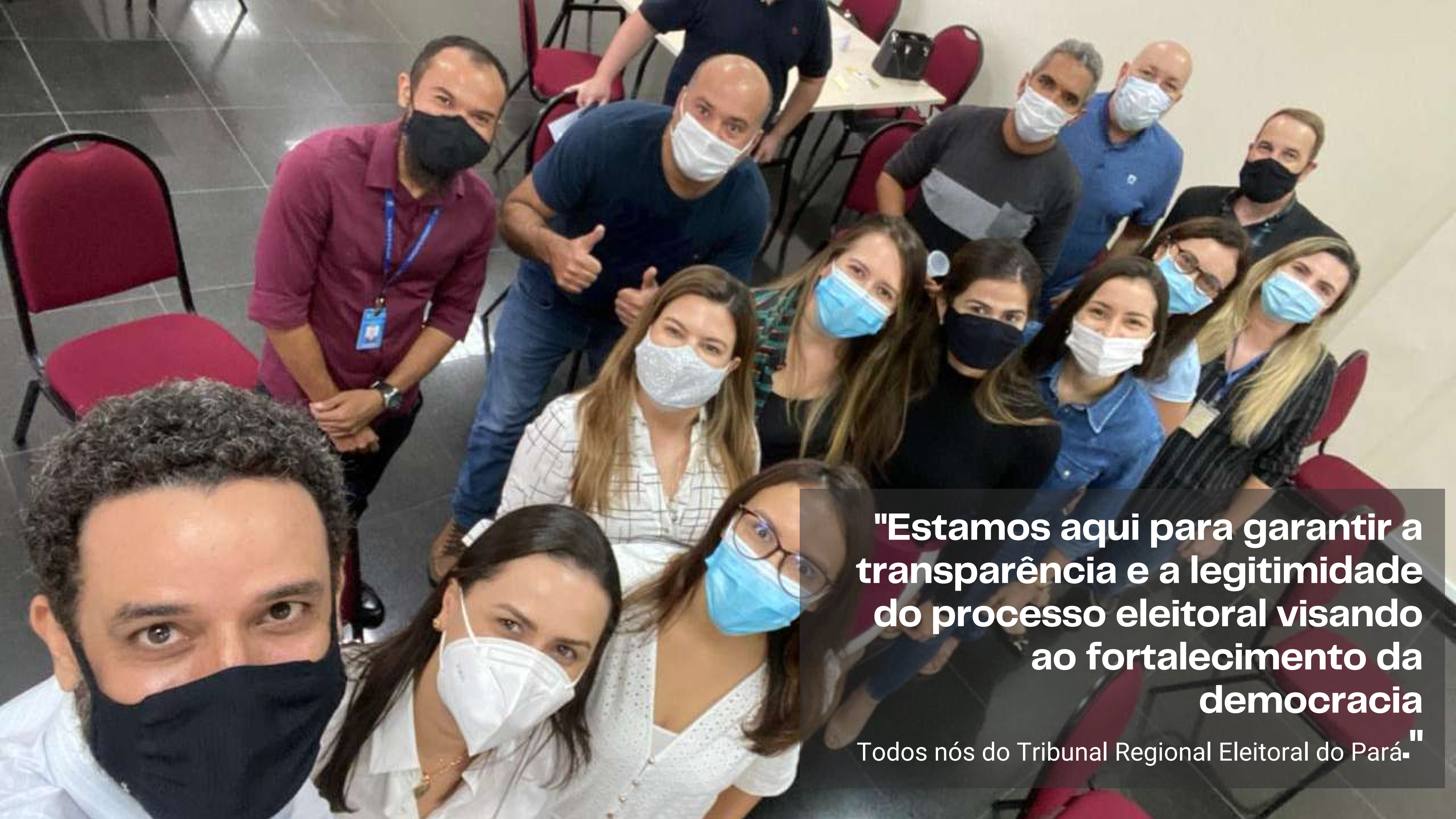
**Programa
Cooperação**

Garantia dos Direitos Fundamentais



- Trata-se de garantir os direitos fundamentais das cidadãs e dos cidadãos, com a facilitação do acesso e da qualidade dos serviços da Justiça Eleitoral, sem distinção de qualquer natureza, promovendo a inclusão dos diversos atores sociais, em especial das minorias, a conscientização e a formação política, considerando-se as peculiaridades locais.

- Totens de Autoatendimento;
- Expansão dos postos de Atendimento;
- Novo Disque-Eleitor;
- Gestão da Qualidade do Atendimento à Sociedade
- Revitalização Predial dos Cartórios Eleitorais
- Implantar a "Visual Law" na Secretaria Juduciária



**"Estamos aqui para garantir a
transparência e a legitimidade
do processo eleitoral visando
ao fortalecimento da
democracia**

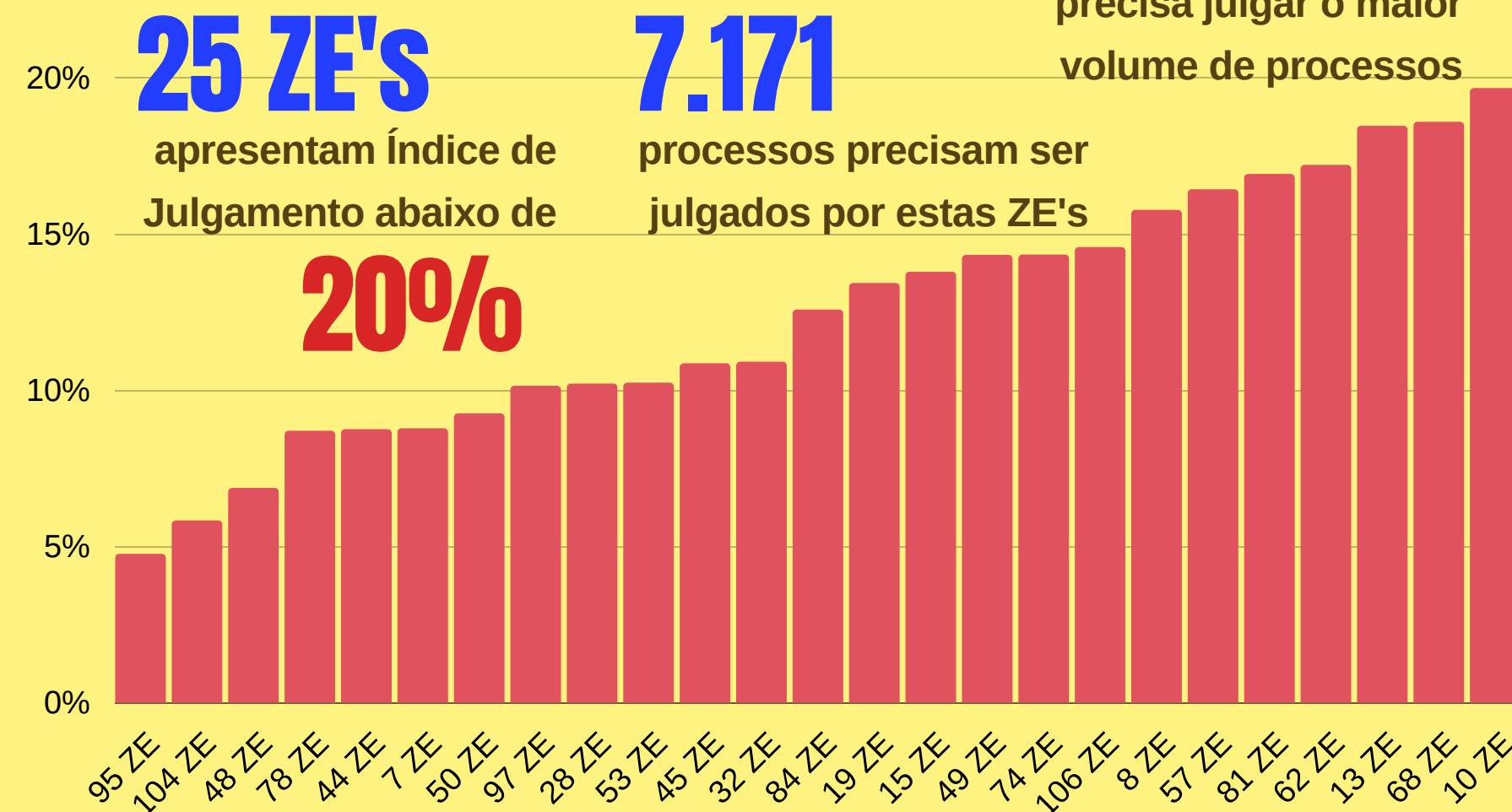
"Todos nós do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.**"**

Estatística Jurisdicional

Art. 5º Reuniões da RAE subsidiadas por Dados Estatísticos

ZE 78

é a Zona Eleitoral que precisa julgar o maior volume de processos



Fonte: Portal BR (atualizado em 25 jun 2021).

ESTATÍSTICA JURISDICIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
Junho 2021

Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão - GPEG
Núcleo de Estatística - NEst

Metas Nacionais 2021



META 2 HISTÓRICO DE CUMPRIMENTO POR MÊS

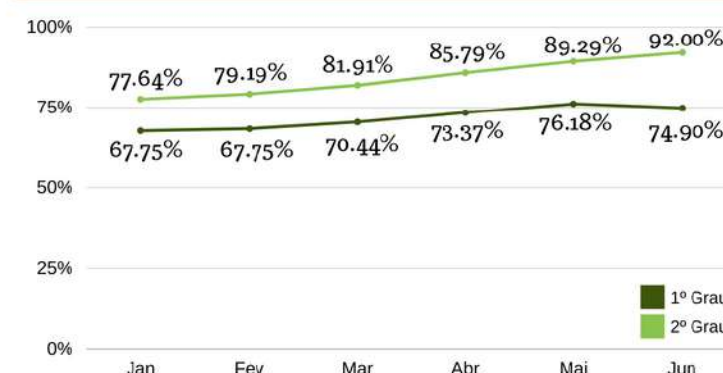
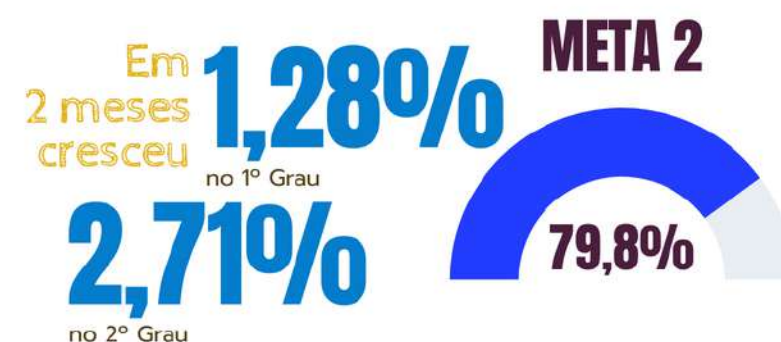


Figura 2 | Grau de Cumprimento da Meta 2 por mês para 1º e 2º grau.



Relatório Estatística Jurisdicional Bimestral

Análise Estatística dos Processos das Metas Nacionais 1, 2 e 4

- Projeto "Dados para Todos" em andamento - 1º Reunião com a Secretaria de Administração;
- NEST recebe demandas da CRE e SJ;
- Processo de aquisição da ferramenta de BI em andamento - Estudos Preliminares e Riscos;
- Proposta de realização de um evento (oficina) para apresentar as Estatísticas geradas no âmbito do TRE Pará.